

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
 Aos Administradores e acionistas da **Albioma Espanada Energia S/A**
 São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da **Albioma Espanada Energia S/A**, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela realização das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentadas para fins de comparabilidade foram elaboradas sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório

de auditoria, datado de 30 de abril de 2023, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais;

- Obtivemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório para respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Campinas, 5 de abril de 2024

Mazars Auditores Independentes Franciane Heloise Moraes Messias
 CRC 2SP023701/O-8 Contadora CRC SP 262973/O-6

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023		2022	
				(reapresentado 2.4)	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.665		4.604	
Contas a receber	5	21.824		13.188	
Partes relacionadas	12	1.031		334	
Estoque	6	1.639		2.111	
Adiantamento, desp antecipadas e outros ativos	8	2.114		1.679	
Tributos a recuperar		54		2	
		32.327		21.918	
Não circulante					
Caixa Restrito	7	1.319		1.776	
Outros ativos	8	2.250		2.732	
Depósito judicial	9	1.149		827	
Imobilizado	10	59.238		63.625	
Intangível	10	43		51	
Direito de uso	10	6.268		4.554	
		70.267		73.565	
Total do ativo		102.594		95.483	

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais (R\$)

	Notas	2023		2022	
				(reapresentado 2.4)	
Receita líquida	20	58.905		50.502	
(-) Custo dos serviços prestados	21	(30.979)		(32.529)	
= Lucro bruto		27.926		17.973	
(+/-) Despesas/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(141)		(125)	
Despesas operacionais	23	(3.018)		(3.043)	
Outras receitas/despesas	24	834		3.004	
= Lucro operacional antes do resultado financeiro		25.601		17.809	
Despesas financeiras	25	(3.820)		(5.008)	
Receitas financeiras	25	536		1.508	
= Resultado financeiro líquido		(3.284)		(3.500)	
(-) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		22.317		14.309	
(-) Provisão para imposto de renda e da contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social	26	(2.090)		(2.650)	
(=) Lucro líquido do exercício		20.227		11.659	
Quantidade de ações do Capital Social		20.247		20.247	
Lucro por ação – em reais		1,00		0,58	
Lucro líquido do exercício		20.227		11.659	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em Milhares de Reais)

	Notas	2023		2022	
				(reapresentado 2.4)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.317		14.309	
Itens que não afetam o caixa operacional					
Depreciação e amortização	10	7.753		6.516	
Baixa imobilizado	10	116		748	
Encargos de empréstimos e financiamentos	13	3.351		4.789	
Encargos sobre arrendamentos	16	430		169	
		33.967		26.531	
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber	(8.636)		(6.327)		
Tributos a recuperar	(472)		32		
Estoque	472		252		
Depósito judicial	(322)		(361)		
Adiantamento e despesas antecipadas	(435)		-		
Outros ativos	941		(5.774)		
Partes relacionadas	(412)		5.223		
Fornecedores	(1.092)		1.829		
Obrigações trabalhistas	15		(63)		
Adiantamentos de clientes	(145)		681		
Impostos e contribuições a recolher	210		(161)		
Impostos sobre o lucro	(162)		(465)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.329		21.447	
Juros pagos no período	13	(3.493)		(4.849)	
Impostos sobre o lucro pagos		(1.705)		(2.410)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		19.131		14.188	

Passivo

	Notas	2023		2022	
				(reapresentado 2.4)	
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	8.860		9.177	
Fornecedores	11	1.276		2.368	
Partes relacionadas	12	744		404	
Obrigações trabalhistas	14	742		727	
Dividendos a pagar	19-b	9.719		5.538	
Imposto de renda e contribuição social	15	968		758	
Impostos e contribuições a recolher	15	765		562	
Adiantamentos de clientes	16	20		51	
Passivos de arrendamento	17	1.782		1.126	
		24.876		20.661	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	17.423		26.158	
Partes relacionadas	12	-		55	
Adiantamentos de clientes	16	4.583		4.747	
Passivos de arrendamento	17	4.939		3.567	
		26.915		34.527	
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	20.247		20.247	
Reserva legal		4.049		3.259	
Reserva de lucros		26.507		16.789	
		50.803		40.295	
Total do passivo e do patrimônio líquido		102.594		95.483	

Demonstração do Resultado Abrangente
 Em milhares de reais (R\$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.227	11.659
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.227	11.659

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de Reais)

	Capital Subscrito	Reserva legal	Reserva de Lucros (a)	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.247	2.676	23.102	-	46.025
Lucro líquido do exercício	-	-	11.659	11.659	11.659
Dividendos	-	(11.851)	(5.538)	(17.389)	-
Reserva Legal	-	583	(583)	-	-
Transferência entre reservas	-	-	5.538	(5.538)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.247	3.259	16.789	-	40.295
Lucro líquido do exercício	-	-	20.227	20.227	20.227
Dividendos (Nota 18)	-	-	(9.719)	(9.719)	-
Reserva Legal	-	790	-	-	790
Transferência entre reservas	-	-	9.718	(9.718)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.247	4.049	26.507	-	50.803

Notas explicativas às demonstrações financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Seção A - Informações gerais

1 Contexto operacional
 A Albioma Espanada Energia S.A. ("a Companhia"), constituída em 1º de fevereiro de 2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Goiânia, no estado Goiás e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica à base de biomassas de cana de açúcar. A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advantec Tower, Jardim Paulista, na cidade e no Estado de São Paulo.

A Companhia exportou na rede 124,9 GWh em 2023 (114,6 GWh em 2022). O volume de energia vendido em 2023 foi de 180,8 GWh (156,3 GWh em 2022). Por mais para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 55,4 GWh (41,7 GWh em 2022).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 5 de abril 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2 Base de elaboração
 As demonstrações financeiras foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas contábeis
 As alterações de normas contábeis mencionadas abaixo, cuja aplicação é válida a partir do 1º de janeiro de 2023, não tiveram impactos para a Companhia.

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

- Alteração ao IAS 8/IFPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

- Alteração ao IAS 12/IFPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor
 As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a menção contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a menção somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitiam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não reconhecem o reconhecimento pelo vendedor-locação de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade, condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

(a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
 (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 i. O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 ii. O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 iii. Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
 (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (b).
 (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.
 O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção desta alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

A administração está analisando o impacto das normas que ainda não estão em vigor, não há plano de antecipação de aplicação destas normas, de todo modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras.

2.4 Representação das cifras comparativas

(a) Caixa restrito
 Em 2023, foram identificados ajustes do exercício anterior, relacionados à apresentação de caixa restrito, no montante de R\$ 1.776, dos quais a totalidade se refere ao exercício de 2022. A referida correção afetou o ativo circulante e ativo não circulante no mesmo valor, reclassificando o valor da caixa restrito da Caixa e equivalente de caixa para a conta dedicada ao ativo não-circulante. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, apresentadas foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Os efeitos da representação são demonstrados a seguir:

Ativo	Referência	Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante	23.694	(1.776)		21.918
Não circulante	71.789	1.776		73.565
Total do ativo		95.483		95.483

Demonstração dos fluxos de caixa

	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.964	(1.776)	14.188
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.471)	-	(5.471)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(33.087)	-	(33.087)
Aumento/(redução) líquido de caixa	(22.594)	(1.776)	(24.370)

Caixa restrito (Nota 7)

	2023	2022
Contas a receber (Nota 5)	21.824	13.188
Partes relacionadas (Nota 12)	1.031	334
Ativo circulante	28.839	19.902

Caixa e equivalentes de caixa
 A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.

Não existe na história da Empresa registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber
 A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário através de contratos fomento até o ano de 2035, no volume total de 58.905 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA (R\$ 342 por MWh em 2023, R\$ 323 por MWh em 2022) e contratos fomento até o ano de 2040 de 75.336 GWh de energia elétrica por ano, ao preço de R\$ 340/MWh (321/MWh em 2022) corrigido pela variação do IPCA.

Perda por redução de valor recuperável
 A Empresa não vê necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes, pois não foram identificados riscos significativos de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício.

A composição por vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras para os quais não

16 Adiantamento de clientes		
	2023	2022
Adiantamentos de clientes	20	1
Passivos de restituição	4.582	4.747
	4.602	4.748
Passivo de restituição referente a primeiro ano de contrato do PROINFA, onde houve o faturamento sem a geração. Referente a 13,1 GWh ao preço atualizado em 2022 de R\$ 362,68.		
17 Direito de uso e passivos de arrendamento		
A empresa, em agosto de 2022, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16 no contrato de locação das pás carregadeiras, efetuado junto a Armac, com previsão de 60 meses, utilizando da taxa de desconto de 6,61%.		
Em julho de 2023, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16 no contrato de locação dos veículos, efetuado junto a Movida, com previsão de 48 meses, utilizando da taxa de desconto de 7,19%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.		
Em outubro de 2023, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16 no contrato de locação dos computadores, efetuado junto a Lenovo, com previsão de 48 meses, utilizando da taxa de desconto de 6,64%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.		
	2023	2022
Direito de uso		
Máquinas	7.854	4.968
Veículos	130	-
Computadores	67	-
(-) Depreciação	(1.783)	(414)
Total	6.268	4.554
Mapa de movimentação de arrendamento		
Direito de uso:		
	Direito de uso	
Em 31 de dezembro de 2021	23	
Aquisição	4.968	
Baixas (a)	(181)	
Depreciação baixada (a)	181	
Depreciação do exercício	(437)	
Em 31 de dezembro de 2022	4.554	
Custo	4.968	
Depreciação	(414)	
Aquisição	3.083	
Depreciação do exercício (Nota 20/22)	(1.369)	
Em 31 de dezembro de 2023	6.268	
Custo	8.051	
Depreciação	(1.783)	
Passivo de arrendamento:		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30	
Contratos de arrendamento	4.968	
Pagamento de arrendamento	(474)	
Encargos sobre arrendamento	169	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.693	
Contratos de arrendamento	3.083	
Pagamento de arrendamento	(1.515)	
Encargos sobre arrendamento	430	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.691	
Curto prazo	1.782	
Longo prazo	4.909	
18 Perdas possíveis, não provisionadas no balanço		
A empresa tem uma ação de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. A empresa é parte envolvida em processo tributário, em andamento e está discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial.		
A natureza da possível perda pode ser resumida a seguir:		
Contingência tributária: corresponde a R\$ 726 em 31 de dezembro de 2023 e consiste, unicamente, em Denúncia Espontânea e Exclusão da TUSD/TUST e Energia Reativa Excedente da base de cálculo do ICMS - Ambiente de Contratação Livre		
19 Patrimônio líquido		
O capital social da Companhia é de R\$ 20.247, totalmente subscrito e integralizado. O capital integralizado está dividido em 20.247.040 (vinte milhões, duzentos e quarenta e sete mil e quarenta) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:		
	2023	2022
Jalles Machado S.A.	8.099	8.099
Albioma Participações do Brasil Ltda	12.148	12.148
	20.247	20.247
(a) Reserva legal		
Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Em 2022, a Companhia regularizou o saldo da reserva legal, contabilizando os valores relacionados a 2022 e 2021.		
(b) Dividendos		
O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício 50% (cinco por cento) será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio.		
Para 2022, a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 11.660, dos quais tiveram a seguinte destinação:		
Lucro líquido do exercício 2022	11.660	
Reserva Legal - 5%	583	
Dividendos obrigatórios a pagar	5.538	
Reserva de lucros	5.538	
Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 20.228, dos quais terão as seguintes destinações propostas:		
Lucro líquido do exercício 2023	20.228	
Reserva Legal - 5%	790	
Dividendos obrigatórios a pagar	9.719	
Reserva de lucros	9.719	
O valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados no passivo circulante, sujeito a aprovação da Administração.		
20 Receita líquida		
A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:		
	2023	2022
Ambiente de contratação regulada - ACR	45.652	43.152
Ambiente de contratação livre - ACL	747	-
PROINFA	14.365	7.889
CCEE 654	-	1.660
Faturamento de energia elétrica - terceiros	61.418	52.701
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - ANEEL	(224)	(222)
Ressarcimento energia	(11)	-
Faturamento líquido de desconto	61.183	52.479
Impostos e contribuições sobre o faturamento	(2.278)	(1.977)
	58.905	50.502
21 Custo dos serviços prestados		
	2023	2022
Depreciação	(7.772)	(6.080)
Serviços de terceiros (d)	(5.784)	(5.016)
Energia elétrica (c)	(5.062)	(4.217)
Gastos com pessoal	(4.921)	(4.723)
Insumos para manutenção e reparos (d)	(2.237)	(3.273)
Insumos para produção (a)	(2.044)	(3.233)
Tarifa de uso do sistema de distribuição	(1.193)	(1.281)
Alugueis de máquinas e equipamentos	(1.053)	(1.272)
Movimentação de Biomassa (b)	(739)	(2.461)
Ajustes de inventário	-	(147)
Outros custos	(174)	(326)
	(30.979)	(32.529)
(a) Custos de químicos e adicionalmente, para atender aos compromissos foi preciso a aquisição no mercado de bagaço para a produção.		
(b) Custo de diesel para máquinas da operação. Contrato de arrendamento realizado em novembro 2022 para todas as máquinas da operação, reduziu o custo direto da movimentação de bagaço.		
(c) Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 55,4 GWh (41,7 GWh em 2022). O restante da energia comprada se refere ao consumo próprio da Companhia.		
(d) Serviços e materiais referentes a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contratos no período de entressafra, ao início de cada ano.		
22 Despesas comerciais		
	2023	2022
Gestão e representação comercial	(105)	(79)
Outras despesas	(36)	(46)
	(141)	(125)
23 Despesas gerais e administrativas		
	2023	2022
Serviços (a)	(1.454)	(1.361)

Despesas com seguros	(785)	(648)
Despesas Tributárias	(494)	(614)
Despesas com veículos	(76)	(94)
Utilidades	(75)	(125)
Despesas com viagem e estadia	(66)	(41)
Despesas de ocupação	(54)	(105)
Depreciações	(15)	(23)
Outras despesas	(19)	(31)
	(3.018)	(3.043)
(a) Conforme NE 13, contrato de prestação de serviço e assessoria técnica e financeira com controladora		
24 Outras receitas operacionais líquidas		
Indenização safra (a)	751	1.482
Venda de sucatas	77	55
Indenização seguros (b)	-	1.369
Outras receitas	6	98
	834	3.004
(a) Valor se refere a provisão da safra de 2023 (Nota 12).		
(b) Referente a indenização dos lucros cessantes do sinistro do gerador de 2020 e a provisão do sinistro do transformador (Nota 8)		
25 Resultado financeiro líquido		
Despesas financeiras	2023	2022
Juros s/ financiamento e empréstimos	(3.197)	(4.614)
Despesa financeira sobre arrendamentos	(430)	(202)
Uprfront Fees s/ financiamentos	(154)	(175)
Outras despesas	(39)	(61)
	(3.820)	(5.009)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	490	1.418
Rendimentos judiciais	45	83
Outras receitas financeiras	1	7
	536	1.508
	(3.284)	(3.501)
Resultado financeiro		
26 Imposto de renda e contribuição social do período		
A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, sendo assim o lucro tributável corresponde a 8% e 12% sobre seu recebimento trimestral. (Nota 29.9)		
	2023	2022
Receitas recebíveis (sistema caixa)	56.247	56.247
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%
	4.500	6.750
Recargas financeiras	568	536
Demais Receitas	83	83
Base de cálculo	5.151	7.401
Alíquotas utilizadas	10% e 15%	9% e 15%
Total de impostos correntes	1.258	661
Total de impostos diferidos	110	61
	1.368	722
Despesa de imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.368	722
27 Compromissos de venda de energia elétrica		
A Companhia possui 24 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2035, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA		
Comprador	Quantidade/ano (MWh)	
AMPLA	1.588	
BANDEIRANTE	2.848	
CEA	238	
CEAL	747	
CELG	270	
CELPA	1.447	
CELPE	1.542	
CEMAR	1.512	
CEMIG DISTRIB	3.102	
CEPIISA	817	
ENERGISA NA	69	
COELBA	4.620	
COELCE	983	
COESERN	19.940	
CPFL SANTA CRUZ	199	
ELETROPÁULO	30.259	
ENERGISA BO	85	
ENERGISA MG	121	
ENERGISA MS	1.556	
ENERGISA PB	865	
ENERGISA SE	326	
ENERGISA TO	1.078	
ESCELSA	1.340	
LIGHT	58.895	
Total	58.895	
A Companhia possui 7 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2040, no volume total de 75.336 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA.		
Comprador	Quantidade/ano (MWh)	
CEA	20.198	
CEAL	983	
CEPIISA	4.387	
COELBA	7.976	
COPEL DISTRIB	11.964	
ELEKTRO	3.190	
ESCELSA	7.680	
	75.336	
28 Seguros (Não auditado)		
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos operacionais contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos instalações, máquinas e estoque de bagaço de cana em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir lucros cessantes e eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.		
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava apólice de seguro contratada com terceiros para o grupo Albioma, sendo o limite máximo de indenização único, compartilhado por todos os locais de risco:		
Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Biomassa	Danos Materiais em Biomassa, incluindo Fermentação Própria/ Combustão Espontânea /Recomposição de Registros e Documentos	5.927
Máquinas	Danos Materiais, incluindo Quebra de Máquinas, Danos Elétricos, Alagamento/ Inundação e Desmoronamento	65.205
	Danos Materiais em Linhas de Transmissão/ Bens do Seguro em Locais de Terceiros	9.141
	Roubo e Furtos Qualificados de Bens/Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistro/Erros e Omissões	12.124
	Inclusões/ Exclusões de Bens/ Locais e Alteração de Valores	5.052
Predio	Demolição e Aumento do Custo de Construção/Pequenas Obras de Engenharia para Ampliações, Reparos e Reformas	4.378
	Despesas Extraordinárias	5.052
	Desentulho/Despesas de Combate a Incêndio/Despesas de Descartaminado/ Honorários de Peritos	8.419
	Impedimento de Acesso – limitado a 10 kms do local de risco	2.694
	Despesas de Agilização	5.052
29 Benefícios a empregados		
A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte.		
A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição do verbe de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há outros planos de benefícios em vigor.		
30 Eventos subsequentes		
No dia 04 de janeiro de 2024, a seguradora Mapfre antecipou o valor de R\$ 1.000 referente ao sinistro do transformador que ocorreu no 30 de abril de 2022.		
Seção D - Políticas contábeis		
31 Resumo das principais políticas contábeis		
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.		
31.1 Moeda funcional e moeda de apresentação		
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demons-		

trações financeiras.	
31.2 Caixa e equivalentes de caixa	
Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.	
31.3 Instrumentos financeiros	
(a) Classificação	
A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.	
Os ativos e passivos financeiros são apresentados no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento acima de 12 meses da data do balanço.	
(b) Reconhecimento e não reconhecimento	
Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos na data em que foram originados, inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.	
Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.	
A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.	
A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.	
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.	
31.4 Receitas financeiras e despesas financeiras	
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:	
• juros sobre aplicações financeiras;	
• tarifas bancárias;	
• descontos obtidos; e	
• despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.	
As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.	
31.5 Contas a receber	
As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia elétrica no decorrer normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.	
31.6 Estoques	
Os estoques são compostos basicamente por peças para reposição e manutenção dos equipamentos da Companhia e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido	
31.7 Receita operacional	
A receita operacional da venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.	
A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades e baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.	
O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.	
As receitas auferidas são decorrentes de venda de energia elétrica, no qual seu reconhecimento no resultado é feito através das medições da quantidade entregue no final de cada mês.	
31.8 Benefícios a empregados	
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.	
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:	
• juros sobre aplicações financeiras;	
• tarifas bancárias;	
• descontos obtidos; e	
• despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.	
As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.	
31.10 Imposto de renda e contribuição social	
O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido" Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de impostos de renda e da contribuição social, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretada na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.	
31.11 Imobilizado	
(i) Reconhecimento e mensuração	
A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.	
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.	
(ii) Custos subsequentes	
Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.	
(iii) Custos de manutenção	
A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção.	
(iv) Depreciação	
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados ao consórcio que se limitam a depreciação até o seu encerramento em 2031, são as seguintes, conforme estado de vida útil realizado no início de 2022:	
Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos	20
Edificações	20
Móveis e equipamentos de comunicação	14
Computadores e periféricos	6
Instalações	20
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado, prospectivamente.	
31.8 Capital social	
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.	
31.9 Redução ao valor recuperável (impairment)	
(i) Ativos financeiros não-derivativos	
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.	
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:	
• inadimplência ou atrasos do devedor;	
• reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;	
• indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;	
• mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou	
• o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.	
(ii) Ativos não financeiros	
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.	

ALBIOMA ESPLANADA - BALANÇO DIGITAL - 4 E 5-05.pdf

Documento número fec0144b-5158-471d-a25e-1da41e99045c



Assinaturas

 faturamento@ohoje.com.br
Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).



Hash do documento original (SHA256):
0c3bf2b28d250338286ba15804baf57c049735a54833fc85805db4882048a8eb

Verificador de Autenticidade:
<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=fec0144b-5158-471d-a25e-1da41e99045c>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):
<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação fec0144b-5158-471d-a25e-1da41e99045c, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br